



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

078



Habeas Corpus nº: 0205509-2
Comarca: Olinda (Tribunal do Júri)
Impetrante: Def. Publ. Rafael Bento Lima Neto
Paciente: Paulo Antônio Araújo da Silva
Órgão Julgador: 1ª Câmara Criminal
Relator: Des. Romero de Oliveira Andrade
Procuradora de Justiça Criminal: Dra. Janeide Oliveira de Lima

EMENTA: PROCESSUAL PENAL E PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO LIMINAR. Alegação de constrangimento ilegal, por excesso de prazo. Inocorrência. No caso, a própria defesa contribuiu para dilação probatória ao deixar transcorrer o prazo para apresentação da defesa prévia, provocando a nomeação de defensor dativo. Suposta ilegalidade da segregação do paciente, decretada com base em elementos insuficientes e de maneira genérica. Inexistência. A prisão em flagrante delito prende por si só, afastando hipóteses de ilegalidade, desde que seja elaborado o auto de prisão em perfeita obediência aos artigos 301 e seguintes do Código de Processo Penal. Pedido de liberdade provisória indeferido de maneira fundamentada. **ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus nº 0205509-2 da Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Olinda – PE, em que figuram, como impetrante, o Def. Público Rafael Bento Lima Neto e, como paciente, **PAULO ANTÔNIO ARAÚJO DA SILVA**, acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Estado de Pernambuco, por decisão unânime, em **DENEGAR** a presente ordem de Habeas Corpus, tudo consoante consta do relatório e voto em anexo, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 02 de janeiro de 2010.


Des. Romero de Oliveira Andrade
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



079

Habeas Corpus nº: 0205509-2
Comarca: Olinda (Tribunal do Júri)
Impetrante: Defensor Público Rafael Bento Lima Neto
Paciente: Paulo Antônio Araújo da Silva
Órgão Julgador: 1ª Câmara Criminal
Relator: Des. Romero de Oliveira Andrade
Procuradora de Justiça Criminal: Dra. Janeide Oliveira de Lima

RELATÓRIO

Trata-se de *Habeas Corpus* Liberatório, com pedido de liminar, impetrado pelo Defensor Público Rafael Bento Lima Neto, OAB-PE 286.992-6, em favor de Paulo Antônio Araújo da Silva, devidamente qualificado nos autos, apontando como autoridade coatora o MM. Juiz de Direito do Mutirão Judicial do Sistema Carcerário Estadual TJPE/CNJ (Vara do Júri da Comarca de Olinda).

Consta dos autos que o paciente foi preso, em flagrante delito, por violação ao art. 121, §2º, incisos II a IV, do Código Penal. Na inicial, o impetrante alega que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal, por excesso de prazo, em razão de encontrar-se preso há mais de 203 (duzentos e três) dias, sem que, até a presente data, tenha sido encerrada a instrução criminal, fato que não se deve a qualquer ato da defesa (fls.02/10).

Além disso, alega a insuficiência de fundamentos para a manutenção da prisão cautelar do paciente, que teria sido decretada com base em elementos insuficientes e de forma genérica.

Sendo assim, requer o deferimento do presente pedido via liminar, com o consequente relaxamento de prisão e a expedição do competente Alvará de Soltura em favor do paciente.

A inicial veio acompanhada de documentos (fls.11/42).

O pedido de liminar constante da peça inaugural foi indeferido (fls.49/50).



080

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

Informações foram solicitadas à autoridade coatora, através do ofício nº 007/2010, de 07 de janeiro de 2010 (fls.51).

Em 12 de janeiro de 2009, a autoridade apontada como coatora prestou as informações solicitadas, ofício nº 031/2010, permitindo-me observar andamento processual até a referida data (fls. 55/64).

Instada a se manifestar, a Douta Procuradoria em Matéria Criminal, na pessoa da Procuradora de Justiça Dra. Janeide Oliveira de Lima, ofereceu parecer opinando pela denegação da ordem (fls.68/69).

É o relatório.

Recife, 07 de Janeiro de 2010.


Des. Romero de Oliveira Andrade
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

081



Habeas Corpus nº: 0205509-2
Comarca: Olinda (Tribunal do Júri)
Impetrante: Defensor Público Rafael Bento Lima Neto
Paciente: Paulo Antônio Araújo da Silva
Órgão Julgador: 1ª Câmara Criminal
Relator: Des. Romero de Oliveira Andrade
Procuradora de Justiça Criminal: Dra. Janeide Oliveira de Lima

VOTO DO RELATOR

Senhor Presidente,
Senhores Desembargadores,
Senhor(a) Procurador(a),

Inicialmente, cumpre registrar que o paciente foi preso, em flagrante delito, por violação ao art. 121, §2º, incisos II a IV, do Código Penal. Na inicial, o impetrante alega que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal, por excesso de prazo, em razão de encontrar-se preso há mais de 203 (duzentos e três) dias, sem que tenha sido encerrada a instrução criminal, fato que não se deve a qualquer ato da defesa (fls.02/10).

Além disso, alega a insuficiência de fundamentos para a manutenção da prisão cautelar do paciente, que teria sido decretada com base em elementos insuficientes e de forma genérica.

Todavia, compulsando os autos, verifico que o inconformismo do impetrante não merece acolhimento. Vejamos:

O prazo para encerramento da instrução processual foi estabelecido pela doutrina e jurisprudência e não pode ser tomado como absoluto. Cabe ao juiz, diante do caso concreto e de suas peculiaridades, analisar a existência ou não do excesso de prazo.

Assim, o simples vencimento dos prazos legais não assegura ao réu o direito à liberdade. O atraso no encerramento da instrução deverá ser injustificado e



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

082



provocado por atos do magistrado ou do Órgão Ministerial, sem qualquer contribuição por parte da defesa.

No caso em apreço, segundo as informações prestadas pela autoridade impetrada, verifica-se que, ao contrário do alegado, a desídia na demora do andamento do feito não pertence ao Juízo, mas à própria defesa, que deixou decorrer o prazo para apresentação de defesa previa, levando a nomeação de um defensor dativo (fls.21/22).

Sendo assim, não há qualquer constrangimento ilegal a ser sanado, especialmente com a proximidade da realização da audiência de instrução e julgamento marcada para o dia de hoje, no caso, 02 de fevereiro de 2010.

A guisa de esclarecimentos, trago à colação seguinte jurisprudência:

PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. NULIDADE POR AUSÊNCIA DE DEFESA PRÉVIA DE CÔRREU. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE DA PROVA. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. PRISÃO PREVENTIVA. MODUS OPERANDI E PERICULOSIDADE DOS AGENTES. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE JUSTIFICADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL E APLICAÇÃO DA LEI PENAL. ART. 312 DO CPP. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DE CULPA. COMPLEXIDADE DO FEITO (ELEVADO NÚMERO DE RÉUS). AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA. (...) 5. O excesso de prazo para o término da instrução criminal, segundo pacífico magistério jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, deve ser aferido dentro dos limites da razoabilidade, considerando circunstâncias excepcionais que venham a retardar a instrução criminal e não se restringindo à simples soma aritmética de prazos processuais. 6. Tratando-se de ação penal complexa, com grande número de réus denunciados, justifica-se a exasperação do prazo na conclusão da instrução criminal. (...) 8. Ordem denegada. (STJ: HC nº HC 130987 / BA HABEAS CORPUS 2009/0044127-2, Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA (1128), T5 - QUINTA TURMA, Data de Julgamento: 03/08/2009). (grifos nossos)

Cumpra, ainda, destacar a Súmula nº 84 do TJPE: "Os prazos processuais na instrução criminal não são peremptórios, podendo ser ampliados



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

dentro de parâmetros de razoabilidade e diante das circunstâncias do caso concreto.

Quanto à alegação de insuficiência de fundamentos para a manutenção da segregação do paciente, verifico que melhor sorte não teve o impetrante.

Sabemos que a prisão em flagrante prende por si só, valendo como suporte suficiente ao encarceramento do réu, quando lícita e regular, nos termos do art. 310 e seguintes do Código de Processo Penal, e tornando desnecessária qualquer outra medida, até mesmo a decretação da preventiva, desde que fundamentada a decisão de indeferimento da liberdade provisória e presentes os pressupostos autorizadores da medida cautelar.

No caso em apreço, segundo os fatos narrados na denúncia, comprova-se a periculosidade do agente que, fazendo uso de um "tijolo", matou a vítima Nilson dos Santos Júnior, por ter a mesma tentado beijá-lo e manter relações sexuais com ele (fls.57/60).

Ademais, após a infração, o réu foi preso em flagrante por policiais militares e, perante a autoridade policial, confessou a prática do delito (fls.37/38).

Portanto, não há como prosperar a pretensão da impetrante quando se percebe a existência de elementos que induzem e garantem a segregação provisória do réu.

Neste diapasão é o entendimento jurisprudencial:

HABEAS CORPUS. RECEPÇÃO DOLOSA.. 1. PRISÃO EM FLAGRANTE MANUTENÇÃO. DESNECESSIDADE DA DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. O magistrado, ao receber o auto de prisão em flagrante examina seus requisitos formais, não fazendo, nessa oportunidade, salvo alguma situação bem peculiar, qualquer exame sobre a liberdade provisória. A análise dessa matéria, nos termos do art. 310 do CPP, deve realizar-se depois de ouvido o Ministério Público ou em caso de pedido de liberdade provisória. Caso presente qualquer um dos requisitos do art. 312 do CPP, a manutenção da segregação está em consonância com as garantias constitucionais, desnecessitando a prolação de decreto de prisão preventiva. Decisão mantenedora da segregação. A decisão que manteve a prisão do acusado, após homologação do auto de prisão em flagrante, está suficientemente fundamentada, dando-lhe a exata noção pela qual foi recolhido ao cárcere. Lastreada em requisito constante do art. 312 do CPP, a



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



garantia da ordem pública, francamente ameaçada pela reiteração delitiva e gozava do benefício da suspensão condicional do processo, recebido dias antes, por idêntico agir (receptação dolosa), quando tornou a conduzir veículo de origem espúria, portando documentos falsificados. Importante destacar a corrente criminosa em torno de roubo de veículos, da qual a receptação e transporte para outros locais é importante elo. Conquanto a gravidade do tipo in abstracto não seja suficiente à constrição, na esteira do que vem decidindo o E. STF e o STJ, ambas as Cortes admitem, todavia, que as circunstâncias concretas do crime, desde que evidenciem a periculosidade elevada do agente, são bastantes a demonstrar que a liberdade pode representar risco à ordem pública. Periculum libertatis evidenciado. A garantia da ordem pública - pressuposto elencado no art. 312 do CPP é válida e suficiente para a manutenção da prisão. 2. PENA A SER IMPOSTA, REGIME PRISIONAL E CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS. A projeção de eventuais sanções e concessões de benefícios não se erigem obstáculo às prisões processuais, além de ser mero exercício imaginativo, pois, ao Magistrado, examinando o caso concreto, compete à fixação das penas. Constrangimento ilegal não caracterizado. Constrangimento ilegal incorrente. ORDEM DENEGADA. (Habeas Corpus Nº 70032107567, Oitava Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Fabianne Breton Baisch, Julgado em 30/09/2009)

ISTO POSTO, acolhendo o parecer oferecido pelo Órgão Ministerial *ad quem*, voto pela DENEGAÇÃO da ordem.

É como voto.

Recife, 02 de *dezembro* de 2010.


DES. ROMERO DE OLIVEIRA ANDRADE
Relator